

Sociedade, Democracia e Constituição

*Diálogos Sociais Contemporâneos da Constituição real com a
Constituição material e a Constituição formal¹*

Paulo Ferreira da Cunha²

Resumo: É frequente fazerem-se algumas referências à relação entre as Constituições e as sociedades a que se destinam e das quais decorrem (através do poder constituinte, originário e derivado). Fala-se também, teoricamente, da possibilidade de dissenso entre o estabelecido nos textos constitucionais (as constituições formais) e a dinâmica real das sociedades (as constituições reais) e, mais raramente se alude a princípios e valores mais profundos que animariam as sociedades nesse âmbito (as constituições materiais), que também podem colidir com as demais categorias. Porém, não é corrente estabelecer diálogo concreto entre todas estas dimensões. Os tempos de guerra na Ucrânia, com ameaças de generalização do conflito, de crise da democracia, sofrendo a erosão e ataques de forças que a ela são adversas, um grande alheamento e frustração de muitos cidadãos, no Ocidente democrático convidam a uma reflexão mais concreta de como vão as nossas sociedades e como dialogam com nossas Constituições cidadãs. Assim se procurando indagar também como se poderá ainda salvar o modelo democrático representativo, património político e cultural da nossa Civilização, mas hoje património Universal, dado haver já, também, uma Civilização da Democracia.

Palavras Chave: Sociedade, Constituição (formal, material, real), democracia representativa, crise.

Abstract: References are often made to the relationship between the Constitutions and the societies for which they are intended and from which they derive (through constituent power, original and derived). There is also talk, theoretically, of the possibility of dissent between what is established in constitutional texts (formal constitutions) and the real dynamics of societies (real constitutions) and, more rarely, there is allusion to deeper principles and values that would animate societies in this regard (the material constitutions), which can also collide with the other categories. However, it is not usual to establish a concrete dialogue between all these dimensions. The times of war in Ukraine, with threats of generalization of the conflict, of crisis of democracy, suffering erosion and attacks from forces that are adverse to it, a great alienation and frustration of many citizens, in the democratic West, invite a more concrete reflection of how our societies are doing and how they dialogue with our citizen Constitutions. Seeking to inquire how the representative democratic model, political and cultural heritage of our Civilization, but today Universal heritage, can still be saved, given that there is also already a Civilization of Democracy.

Keywords: Society, Constitution (formal, material, real), representative democracy, crisis.

“a sociedade é uma rede e não se consegue
desemaranhar uma corda sem tocar em tudo o
resto”.

Ronald Christ³

I. Do contexto social e mental

Na sua tese de doutoramento⁴, em cujas provas que tivemos o gosto e a honra de participar, como arguente, referindo-se ao pensamento do grande mestre que foi

¹ Sobre estes conceitos, aliás fundantes e elementares, da teoria constitucional, cf., por todos, o nosso *Direito Constitucional Geral*, 4.^a ed., Curitiba, Intersaberes, 2022, p. 119 ss., p. 185 ss., *et passim*, e bibliografia aí citada.

² Juiz Conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça, Portugal. Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade do Porto (funções suspensas para dedicação à magistratura).

³ CHRIST, Ronald, em conversa com Jorge Luis Borges, sobre um dito de George Eliot, in *Entrevistas da Paris Review*, p. 251.

Nelson Saldanha (e à sua obra *Ordem e Hermenêutica*⁵), Léo Ferreira Leoncy explicitou, a dado passo:

“Parafrazeando Saldanha, o fato de ser uma ordem, significa que o Direito organiza preceitos de vigência conforme um determinado plano geral, no qual é possível encontrar não apenas princípios e valores fundantes, entre outras formas de manifestação normativa, mas também os próprios referentes sociais onde assenta a ordem jurídica e que formam o seu contexto social de aplicação”⁶.

É a presente uma indagação sobretudo centrada nesses referentes sociais, de onde derivam e para onde se dirigem os comandos jurídicos, e especialmente jusconstitucionais, menos “imunizados” que outros setores do Direito, menos relativamente “independentes” face à realidade social envolvente⁷.

Sendo a nossa preocupação *hic et nunc* não sociológica, e muito menos ética ou moral, havemos de nos confrontar, nas páginas seguintes, com uma espécie de “sociologia empírica” ou “em bruto”, não passada pelo crivo dos filtros teóricos apurados dessa ciência social, mas ponderada pelo senso comum, informada pelos ecos da comunicação social, e transitando nas estradas largas da *doxa*. Evidentemente que se trata de factos que desembocam em opiniões, e por isso, muito naturalmente, discutíveis. Não se procura, entretanto, sequer polemizar, mas simplesmente analisar e testemunhar, com os instrumentos de *data*, analíticos e críticos ao nosso alcance.

É natural também que enfatizemos, no que *vemos, ouvimos e lemos*, alguns aspetos mais salientes, como quem, numa paisagem, toma especialmente nota de relevos e depressões, esquecendo, ou pressupondo como sabida, a planície. Exceções, apesar de tudo reiteradas, podem passar por regra (ou semi regra), nesta visão necessariamente não microscópica, mas macroscópica e em panorâmica, em perspetiva. Também a comunicação social, e a própria edição e produção cultural e editorial, em geral selecionam casos salientes e raramente tratam do quotidiano mais sem estória. Muitas vezes, interessam-se pelo pontual, mas de alguma maneira “exemplar”, para o bem ou para o mal. Apesar de haver já alguma atenção para esse tipo de História, dir-se-ia ainda “material”, de coisas pouco importantes e personagens sem grandes feitos⁸. Note-se, todavia, que tudo tem de ser encarado em termos hábeis. Porque nos interessaram regularidades que não são grandes feitos, nem atuações de heróis, mas, ainda, atitudes de pessoas comuns, e até algumas reprováveis ou deploráveis (como as atitudes criminosas, ou de adição a estupefacientes, ou a outras drogas sociais mais benévolas e não proibidas...).

Uma outra prevenção: se algumas referências são a sociedades hipotéticas, “ideal-típicas weberianas”, mais ou menos distópicas, mas com traços de sociedades

⁴ LEONCY, Léo Ferreira — *Princípio da Simetria e Argumento Analógico. O Uso da Analogia na Resolução de Questões Federativas sem Solução Constitucional Evidente*, tese defendida em provas públicas sob a presidência da Professora Doutora Fernanda Dias Menezes de Almeida, e composta ainda pelo Ministro Prof. Doutor Gilmar Mendes (antigo Presidente do Supremo Tribunal Federal do Brasil), e pelos Profs. Doutores, Prof. Titular Manoel Gonçalves Ferreira Filho, decano do Departamento, e Professor Associado José Maurício Conti, tendo sido o candidato aprovado por unanimidade (não há ou não havia à época classificações na USP). Provas realizadas das 8h30 às 13.30h de 12 de abril de 2011.

⁵ SALDANHA, Nelson — *Ordem e Hermenêutica*, Rio de Janeiro, Renovar, 1992, p. 266.

⁶ LEONCY, Léo Ferreira — *Princípio da Simetria e Argumento Analógico. O Uso da Analogia na Resolução de Questões Federativas sem Solução Constitucional Evidente*, cit., p. 40.

⁷ *Idem, ibidem*, p. 33.

⁸ Cf., v.g., ANDRÉS-GALLEGO, José — *História da Gente pouco importante*, trad. port., Lisboa, Estampa, 1993.

existentes, outras são de sociedades concretas (como quando, por exemplo, citamos a Constituição suíça ou a portuguesa). Já quando referimos alguns aspetos concretos das formas de tratamento estamos apenas a referir-nos aos usos portugueses, e nem sequer a toda a lusofonia.

Começemos por um proto balanço, pois, evidentemente impressionista.

Em sociedades, como as nossas, em que o consumismo e a conseqüente superficialidade são inoculados desde muito cedo (talvez bebidas no leite materno), em que o individualismo possessivo⁹, proprietarista e hedonista dita os comportamentos e os objetivos, em que a violência em grande medida se banalizou e todos os dias quer a real (nos noticiários) quer a ficcional (nos jogos, filmes e outros) invade as mentes de jovens e adultos, e mesmo de crianças, em sociedades onde a espiritualidade recua ante os cultos de gurus e milagreiros rápidos, e onde a cultura dá lugar a enlatados vendidos em massa, propagandeados pelos meios massivos, e produzidos em massa (sabe-se lá se pela dita “inteligência” artificial), como diria um filósofo, “já só um deus nos pode ainda salvar” (embora seja uma expressão que se presta a muitas especulações, sobretudo por ter sido proferida por quem foi...).

E à democracia de tipo ocidental, representativa, demoliberal e com os seus desenvolvimentos constitucionais nomeadamente sociais, certamente será muito difícil sobreviver, se não acordar. É um paradoxo querer-se “sol na eira e chuva no nabal”, também no mundo jurídico-político. Não se podem abrir todos os flancos à anomia, aos detratores da democracia, dar de barato a formação cultural, cívica, política e mesmo mental (desde logo, o simples sentido crítico) dos cidadãos e esperar que, por magia, as democracias (flores raras e frágeis na selva dos regimes) se mantenham. Não há democracias que sobrevivem sem serem regadas, cuidadas, e sujeitas a outros cuidados que qualquer jardineiro conhece.

Um pensamento amalgamado, difuso, não crítico, como que sedimentar, juntando camadas de tópicos entre si contraditórios, vai vogando, estouvado, acreditando em coisas antagónicas, desde que, pontualmente, esta ou aquela, vão pessoalmente sendo úteis e justificando uma navegação de cabotagem da vida. Procurando a satisfação imediata, para uns, ou a sobrevivência imediata, de outros. Os antagonismos de crença são mais patentes ao nível teológico e moral, mas também perpassam o universo político, e alguns palpites, por exemplo, a propósito de crimes e penas, atividade judicial, etc. Radiografadas as ideias de muitos, teríamos, passando-as pelo crivo racional, uma amálgama confusíssima. Não ecletismo, não perspetivismo, não antidogmatismo, não tolerância: simplesmente confusão e não pouco oportunismo. Não raro pensa-se, ou proclama-se pensar-se o que é conveniente aos interesses próprios, o que justifica as próprias atitudes. É raro alguém confessar que não vive como pensa. Isso, quando ocorre, dá problemas, e as pessoas que querem “manter a sua sanidade” normalmente fogem dos problemas.

II. Níveis de Democracia e Constituição

Os condicionalismos que hoje vivemos certamente se virão a aprofundar proximamente, caso as democracias não aproveitem, por exemplo, a guerra na Ucrânia para se reforçarem, e ganharem o tempo perdido, nomeadamente na formação de jovens que no futuro as possam defender, porque as aprenderam a acarinhar. As

⁹ MACPHERSON, C. B. — *The Political Theory of Possessive Individualism*, Clarendon Press, Oxford University Press, 1962.

dificuldades estão à vista, embora muitos prefiram o ufanismo face aos resultados (uns reais, outros fictícios, outros empolados) dos últimos tempos. Esquecendo o lado obscuro, os esquecidos, os marginalizados, os triturados pela máquina. Os quais, evidentemente, são terreno úbere para as sementeiras (hoje muito ativas e com a maior cobertura mediática) antidemocráticas.

Democracia ou não democracia (melhor: democracia ou ditadura, para falar claro), não é uma opção vã, uma escolha fungível. Não é como escolher uma cor ou um sabor. São questões vitais, de fundo, que tal alternativa acarreta. Com implicações profundas na vida das pessoas. Se preferirmos a metáfora das cores, afinal pode usar-se: a escolha é como uma pequena e roufenha televisão a preto-e-branco, ou uma televisão de estereofonia avançada, a cores, num plasma de tipo cinematográfico. Mas falar em televisão não é das melhores coisas para designar a democracia... além do mais, porque pode dar a ideia de que se é espetador. Ora a democracia, mesmo a mais clássica, obriga a interação, a participação. Não a um sonolento e hipnotizado assistir, afundado num sofá.

É importantíssima, é vital, a existência de uma democracia, consagrada na Constituição e desenvolvida, no plano normativo, pelas leis e atualizada e concretizada pelos Tribunais, por um lado, e pela Administração Pública, por outro – conforme as suas diversas funções (judicatórias ou executivas).

Mas a Constituição formal, que é o texto, a grande lei, o código, com o nome “Constituição”, precisa de ser vivida quotidianamente nas relações políticas e em muitas outras relações sociais relevantes: relações jurídicas, mas também de “simples” trato social, de etiqueta ou cortesia, etc.

Pode dizer-se que a ética republicana (ou, mais inocuamente, ética pública, ou ética constitucional)¹⁰ induzida e implícita nos valores e princípios da Constituição, ganha forma, ganha corpo, adquire consistência no comportamento ético ou moral (mais ou menos equivalentes, segundo Luc Ferry¹¹) dos cidadãos.

Claro que há questões éticas pessoais e até muito privadas¹² que pouco ou nada influem nas questões políticas e jurídicas da Constituição e da Democracia. Mas outras, que se manifestam em comportamentos mais sociais, mais públicos, mais comunitários, têm implicações ao ponto de determinarem o tom ou o clima democrático ou antidemocrático de uma sociedade em concreto, num dado tempo e lugar.

Uma democracia superestrutural, macro democracia, ou democracia institucional no topo do Estado, com “regular funcionamento das instituições” é uma situação fisiologicamente desejável, e não patológica. Concomitantemente, uma democracia infraestrutural, micro democracia, ou democracia institucional na base do Estado (a que Adriano Moreira chamaria “democracia civil”, certamente porque a primeira poderá ser antes “democracia política”). Tudo isto se passa ao nível das instituições.

Mas também pode haver descompasso, contradição, entre o nível e qualidade democrática entre o topo e a base. Ou mesmo entre o topo e tudo o que está mais abaixo, até à base.

¹⁰ Cf. o nosso livro *Para uma Ética Republicana. Virtude(s) e Valor(es) da República*, Lisboa, Coisas de Ler, 2010, Prefácio de Eduardo Bittar.

¹¹ FERRY, Luc – *Apprendre a vivre: Traité de philosophie à l'usage des jeunes generations*, 2006, trad. port. de Vera Lucia dos Reis, *Aprender a Viver. Filosofia para os Novos Tempos*, Rio de Janeiro, Objetiva, 2007.

¹² Robinson Crusó não será alheio a estes problemas axiológicos. Mesmo antes de se encontrar com Sexta-feira. Quer em Daniel Defoe, quer em Michel Tournier, por exemplo.

Por exemplo, pode existir num país muito profunda e “limpa” democracia eleitoral e razoável *fair play* parlamentar e partidário, impecável ação da Justiça, governo transparente e ao menos eficaz *q.b.* (para referir os clássicos três poderes), e, contudo, na mesma sociedade, por exemplo (falamos sempre de forma hipotética), prosperar a corrupção autárquica, o despotismo no funcionamento de escolas do Estado e serviços públicos de saúde, a opacidade, morosidade e burocracia da Administração Pública em geral, a falta de policiamento, a escassez de efetivos das Forças Armadas, etc. Podem-se baralhar à vontade os fatores positivos e negativos. Podemos (mais dificilmente concebíveis, embora) imaginar sociedades com serviços públicos a funcionar muito bem e um topo do Estado muito ineficiente, injusto, etc. Decerto porque o topo dá o exemplo (*o fraco rei faz fraca a forte gente*, diz Camões) e tem poderes muito centrais. Com decorrências muito significativas, sobretudo se se tratar de um Estado centralista.

No caso inicialmente ficcionado (sublinhe-se sempre o seu caráter hipotético), a democracia infraestrutural ou civil não seria consonante com a democracia superestrutural, macro democracia. Note-se, no plano da teoria constitucional, que não é plausível uma constituição que consagre ou sequer propicie uma tal divergência do nível democrático ao nível central e ao nível de base (ou periférico – conforme a metáfora espacial que se adote). Donde se terá de concluir que se estará, então, perante uma constituição real de tal forma afastada da formal (e pressupõe-se, ao menos de forma idealista, que também da constituição material – o espírito da constituição naquela sociedade) que a constituição *tout court* se terá que dizer nominal ou semântica, mas não normativa (para usar a classificação de Karl Loewenstein¹³).

Há ainda mais possibilidades de dissensos ou assimetrias. Veremos ainda algumas de seguida.

III. *Consciência democrática dos cidadãos*

Um caso que particularmente nos preocupa é o do clima democrático (poderíamos até especificar da “temperatura democrática”) da vida quotidiana.

Em que medida os cidadãos comuns vivem essa dimensão nas suas respetivas vidas? Até que ponto se compreenderão mesmo como sendo cidadãos?

Se olharmos tantas pessoas engolidas pela massa, com que nos cruzamos nas ruas todos os dias, poderemos legitimamente interrogar-nos se vivem com consciência (conscientemente) a sua inserção social, ou se agem de forma individualista, egoísta, alheia aos outros (tirando eventualmente a família chegada), quais átomos só eventualmente se cruzando com outros. E esperando que se lhes não antepõem, como obstáculos.

Chegados aqui, é irreprimível confessar-se um panorama de autismo preocupante, porque poderá ser simbólico: a forma agressiva e estouvada como muitos se comportam no trânsito rodoviário, como condutores mais frequentemente, mas também eventualmente como peões, até a forma como não poucos peões vão contra outros peões nos passeios, e em recintos públicos de circulação, recuando ou avançando com total desprezo por quem chegam a derrubar, quantas vezes de olhos no chão ou no ar, e embalados por fones nos ouvidos. Todos esses comportamentos não

¹³ LOEWENSTEIN, Karl — *Verfassungslehre*, 3.^a reimp. trad. cast. de Alfredo Gallego Anabitarte, *Teoría de la Constitución*, Barcelona, 1983.

eram frequentes há ainda algumas décadas atrás, ao que cremos. Ninguém ensinava as crianças a terem cuidado ao andar na rua, mas era como que um saber intuitivo, e funcionava.

Estes curto-circuitos sociais do dia-a-dia não são produto da democracia, em si, mas de um clima de irresponsabilidade contrário à democracia, a qual, longe de propiciar o descaso, exige respeito, atenção, deveres e não a sofreguidão de tragar o mundo e passar por cima de tudo e todos.

Este pequeno exemplo ilustra precisamente que os inimigos da democracia, pretensos defensores da ordem, que a atacam nomeadamente por ser alegadamente anarquizante, atacam verdadeiramente não a ordem constitucional democrática mas, apontando a mira para a democracia e a constituição democráticas, referem-se a um alvo que não é democrático, antes tem como raiz os pequenos ditadores que estão incubados nas pessoas.

Cada um, se não for educado convenientemente, se der largas aos seus impulsos, pulsões, reflexos, ao animal natural que tem em si, pode ser muito feroz e perigoso. Claro que sempre (ou quase) há alguma educação e até autoeducação e algum freio. E sempre a democracia está do lado da ordem e do respeito, e a ordem e o respeito impostos à força pela ditadura são-no apenas para uns, mantendo outros (com mais ou menos hipocrisia) rédea solta para os seus desejos e caprichos.

A democracia não é natural, a cidadania não é natural. É uma forma de cultura que as inculca e que as defende. A consciência democrática das pessoas, a sua própria auto compreensão enquanto cidadãos, depende de muita pedagogia cívica, e de educação e cultura em geral. No Estado de natureza, categoria de que nos sécs. XVII e XVIII se falava muito, para o contrapor à sociedade organizada, o estado civil ou sociedade política, imperava, na versão de Hobbes a guerra de todos contra todos – *bellum omnium contra omnes* –, já que o Homem é o lobo do Homem – *homo homini lupus*. É verdade que autores como Locke moderaram esta visão, e Rousseau chegou a falar no “bom selvagem”. Porém, vendo o Homem entregue a si mesmo, e sem o monopólio da coação do Estado, formalizado e atualizado no Direito, decerto o primeiro destes autores não exageraria muito. Basta ver como se comportam as pessoas em estado de guerra, que é uma forma de regresso ao estado de natureza¹⁴.

Porque também não bastam chavões “participativistas”, que podem até vir a resultar no inverso das boas intenções que veiculam. Por exemplo: cidadania não é um indivíduo alienar-se da sua família, do seu trabalho, das suas fontes de sustento, dos

¹⁴ HOBBS, Thomas — *Leviathan*, ed. Harmondsworth, Penguin, reimp., Introduction par C.B. Macpherson, 1986; VIALATOUX, J. — *La Cité de Hobbes — Théorie de l'Etat totalitaire (Essai sur la conception naturaliste de la civilisation)*, Paris / Lyon, 1935; HAMPTON, Jean, *Hobbes and the social contract tradition*, 2.^a ed., Cambridge, Cambridge University Press, 1988; MACPHERSON, C. D., *Introduction a Leviathan*, de Thomas Hobbes, Middlesex, Penguin, 1986; BOUCHER, David / KELLY, Paul (eds.) — *The Social Contract from Hobbes to Rawls*, Londres e Nova Iorque, Routledge, 1994; LOCKE, John — *Second Treatise of Government* [1690], ed. by C.B. Macpherson, Indianapolis, Hackett, 1987 (trad. port. de João Oliveira Carvalho: *Ensaio sobre a verdadeira origem, extensão e fim do governo civil*, Londres, 1833; trad. port. de Fernando Henrique Cardoso et Leôncio Marins Rodrigues, Brasília, Universidade de Brasília, 1982); DUNN, John — *The Political Thought of John Locke*, reimp. Cambridge, Cambridge Univ. Press, 1986; FRANKLIN, Julien — *John Locke and the Theory of sovereignty*, Cambridge, Cambridge Univ. Press, 1981; LE ROY, André-Louis — *Locke*, trad. port., Lisboa, ed. 70, 1985; ROUSSEAU, Jean-Jacques — *Œuvres Complètes*, Paris, Seuil, 1971, 3 vols.; MAY, Georges — *Rousseau*, Paris, Seuil, 1961; MAREJKO, Jan — *Jean-Jacques Rousseau et la dérive totalitaire*, Lausanne, L'Age d'Homme, 1984; MELY, Benoît — *Jean-Jacques Rousseau un intellectuel en rupture*, Paris, Minerve, 1985; MOREAU, Joseph — *Jean-Jacques Rousseau*, Paris, P.U.F., 1983; STAROBINSKI, Jean — *Jean-Jacques Rousseau: la transparence et l'obstacle, suivi de Sept essais sur Rousseau*, Paris, Gallimard, 1971. Cf., em geral, o nosso *Filosofia do Direito e do Estado*, 2.^a ed., Belo Horizonte, Forum, 2021.

seus *hobbies*, da sua saúde, e freneticamente tomar lugar na primeira fila de tudo onde pode participar – desde as reuniões do condomínio à associação de moradores do seu bairro, a meia dúzia de comités de intervenção (ONG's e afins), a um sindicato, a um partido (legalmente, só se pode pertencer a um), desdobrando-se em presenças nas assembleias da sua freguesia e do seu município, indo para as galerias da Assembleia parlamentar, escrevendo para todos os órgãos de comunicação social cartas do leitor, alimentando várias páginas pessoais, perfis de redes sociais e diversos blogues, comentando insistentemente nos dos outros, etc., etc. Uma pessoa assim (e há alguns que parecem esforçar-se por se assemelhar a este “tipo-ideal”) seria certamente insuportável, extenuante, e duvidamos que tivesse nessa roda-viva alguma réstia de paz e de felicidade. É preciso alguma moderação, e escolha das guerras que se querem e se sente que se devem travar. Ninguém pode ir a jogo em tudo, em todos os planos, em todos os tabuleiros.

O verdadeiro cidadão ativo tem de ser equilibrado. Tem de ter vida própria, realidade própria, individualidade pessoal, se não, não será, enquanto cidadão, representante de ninguém, será uma espécie de fantasma ou avatar... Só porque alguém é pessoa, e o é num sentido denso, forte, amplo, só porque o é, é que será capaz de ter também essa dimensão da sua vida social que é a cidadania. Confessamos que este ideal de vida, em que o cidadão ativo, por exemplo até partidariamente, e ao mesmo tempo com mundo pessoal, com família, com afetos, com interesses culturais, desportivos, etc., é muito difícil de alcançar pela esmagadora maioria das pessoas. Em regra, uma pessoa que se embrenhe na ação sindical, partidária, de militantismo de causas, sejam elas quais forem, e se, ainda por cima, tiver de trabalhar, não lhe sobra tempo para mais nada. E o que sobrar, se sobrar, será escasso e de má qualidade.

Ora também a qualidade da cidadania participativa se ressentirá de o ativista não ter vida real além do ativismo. Desconhecerá os reais problemas das pessoas, debruçar-se-á para o Povo, não será do Povo (para recordarmos uma expressão plástica de Hervé Bazin¹⁵). Tendendo assim a insistir, a agigantar, certas interpretações, teses, teorias, que podem estar profundamente afastadas das realidades, dos anseios dos grupos, e, mais ainda, avessas à natureza das coisas (*natura rerum*), à própria forma como o mundo funciona. Curiosamente, o ativista prático, o cidadão empenhado (neste exagero, evidentemente), em vez de estar mais próximo do real, encontra-se dele afastado, numa bolha isolada dos ativistas, por exemplo inserido naquilo a que alguns chamam “classe política”, mas que tem diversos subgrupos... A célebre anedota de Maria Antonieta, que teria recomendado candidamente ao povo comer brioques, já que lhe diziam que não tinha pão, é um exemplo de como muitas cortes (e evidentemente também cortes republicanas – ou, pelo menos, não à sombra de soberanos coroados, porque de verdadeiramente republicano pouco terão) vivem num microclima, à margem do que se passa no mundo concreto onde as pessoas em geral sofrem.

IV. *Relações Interpessoais simples*

Já não está muito na moda falar em democracia de base. Opondo-se à representativa, ela afinal ou seria direta (por decisões nos próprios locais: por exemplo, fábricas, ruas, quarteis... e eventualmente com referendos mais alargados) ou

¹⁵ BAZIN, Hervé — *La mort du petit cheval*, Paris, Grasset, 1950, trad. port., *A Morte do Cavalinho*, Lisboa, Editores Associados, s.d.

igualmente representativa, elegendo aquilo a que classicamente se chamou “soviets”, mas que podem designar-se por comissões (por exemplo: de trabalhadores, de estudantes, etc.). Apenas essas comissões depois elegeriam outras, etc. Não é essa a questão aqui. Não se trata de falar dos benefícios e malefícios desta outra conceção de democracia. Trata-se de, com um pano de fundo macroestrutural de democracia representativa, compreender que há uma outra dimensão da democracia (e da mentalidade e atividade democrática), não institucional no sentido orgânico, estrutural, mas mais fluida, comunitária.

Falávamos de uma possível assimetria entre instituições de topo e instituições não de topo – umas democráticas *q.b.* e outras não democráticas, ou com bolsas de autoritarismo, por exemplo. Pois agora o que está em causa é, por um lado, o conjunto das instituições (embora mais relevantemente as macro-) e por outro o comportamento das pessoas. É a possibilidade de uma democracia sem pessoas. De pessoas alheias ou até, pelo menos em alguma medida, contrárias à democracia. O que seria o sonho dos golpistas... E não é apenas um contraste pessoa / instituição. Pode ser um comportamento interpessoal antidemocrático, num contexto de instituições democráticas a funcionar regularmente. Pelo menos tanto quanto as pessoas concretas o estejam a permitir... Porque sempre acabará por haver grãos de areia (ou pedregulhos) na engrenagem.

Uma primeira dimensão a considerar é a das relações interpessoais simples, sem qualquer intervenção de um poder magno, de *imperium* ou afim, institucionalmente determinado.

Neste domínio, é óbvio que a situação limite de quebra da *entente cordiale* social é a do crime, em geral.

Alguém que é assaltado, agredido, insultado (nem se fala se violado ou assassinado) evidentemente que sofre uma lesão grave, gravíssima por vezes, tendo o agente da mesma agressão quebrado o mínimo, o básico, o elementar “contrato social”.

O exponencial aumento do vir a lume das violências domésticas¹⁶, fraudes (nomeadamente informáticas), pedofílias, tráfico de droga, etc., dá das nossas sociedades uma imagem mais a abeirar-se da anomia, embora, evidentemente, os comportamentos normativos ainda sejam muito mais frequentes que os desviantes. O que ainda permite alguma tranquilidade nesse domínio ao cidadão comum e cumpridor das normas.

Esta é a dimensão mais dramática, por vezes mesmo trágica.

VI. *Trato social e urbanidade*

Passemos a outra dimensão, a qual, por ser menos gritante, não deixa de preocupar. É o domínio ainda “privado” (note-se que, pela violação de bens e valores jurídicos comunitários, o crime é matéria integrada epistemicamente no Direito Público) das relações sociais, de cortesia, urbanidade, convivência ou trato social.

Neste âmbito, estamos em franca regressão. A culpa, evidentemente (mas é sempre bom sublinhá-lo) não é da democracia em si mesma. Apenas se podem apontar a algumas das suas concretas formas não haverem investido suficientemente na

¹⁶ Cf., por todos, o nosso artigo *Guerra & paz. Narrativas criminais de violência doméstica*, “Revista Portuguesa de Ciência Criminal”, ano 32.º, n.º 1, 2022, pp. 61-98.

Educação, acreditando muito em excesso na naturalidade e auto evidência de boas relações sociais decorrentes do regime, como se este, só de existir, produzisse tais milagres. O que constitui uma grande falta, de ingenuidade ou incúria.

Afigura-se-nos que, quem ponderar criticamente, de forma autónoma, não se limitando a repetir chavões de ideias-feitas e “convenientes”, verá que a convivência normal entre as pessoas se encontra prejudicada, que há mais rudeza, mais indiferença, mais violência e mais *deficit* de diálogo – que são coisas contrárias à democracia, evidentemente.

Desde logo, a veneração pelos anciãos e mesmo o simples respeito pelos mais idosos (e até pelos pais e avós) deixaram de ser regra. Pelo contrário, assistimos ao abandono dos idosos (até nos hospitais), violência doméstica contra os mais velhos, relatos de furtos de pensões por descendentes, humilhações públicas, omissão de auxílio devido, internamento em lares cuja qualidade e mesmo humanidade é muito discutível... e alguns têm sido questionados, e até encerrados.

Claro que, nesta breve enunciação, se misturam crimes e simples (“simples”!) ofensas mais leves, mas é todo um panorama, um pano de fundo. Uma sociedade que não preza os seus membros mais velhos, mais experientes, também ignora e desdenha do passado. Não é por acaso que uma das qualificações mais adequadas para os tempos atuais seria o de “sociedade da moda”, outro nome do “império do efêmero”¹⁷.

No polo oposto, também não se gosta muito das crianças, apesar de muitas observações glamorosas (e infantilizadoras) em contrário, muita pose, e de grandes negócios em torno da gravidez, do parto, da infância – de índole médica, cosmética, de moda, etc. Muitas pessoas assumem que ter filhos é uma opção que perturba a carreira, que pode acarretar problemas de saúde, noites passadas em claro, muito mais despesa, etc. E há, realmente, pessoas sem vocação maternal ou paternal. O resultado é que, nas sociedades mais sofisticadas e com mais acesso à contraceção, o inverno demográfico aproxima-se. Por outro lado, embora sempre tenha havido agressões entre crianças e adolescentes, parece que tal está a atingir proporções gigantescas, e tudo se vai prolongando até tarde, mesmo com atividades muito agressivas e humilhantes em alguns casos de rituais académicos do tipo “praxe”, já nas universidades e politécnicos. Tal como aconteceu com a violência doméstica e a pedofilia, em geral, as sociedades não querem ver as suas mazelas, e fecham os olhos, minimizam os factos, até que eles entram aparatosamente e com estrondo pelos olhos dentro.

VII. *Funções, Méritos e Honras*

Uma sociedade democrática poderia e deveria ser mais igualitária, evidentemente. Só que Igualdade não é igualitarismo de massificação e abaixamento geral.

Igualdade também não é fim dos prémios e das honras, que são incentivos pessoais e sobretudo reconhecimento e exemplo público (incentivos gerais), segundo uma lógica que tem raízes na comunidade. Há uma transversal ideologia, não democrática (embora se apresente como defensora intransigente da democracia), mas a que poderíamos chamar, por comodidade “democratista” (que é uma das modalidades do enorme polvo ideológico do “politicamente correto”) a qual sistematicamente

¹⁷ LIPOVETSKY, Gilles — L'Empire De L'Éphémère, Paris, Gallimard, 1987.

desdobra implicações aparentemente lógicas dos elementos de igualdade, sufrágio, representação, etc., para os virar contra o bom senso, as tradições legítimas, as formas de funcionamento democrático que provaram pela prática funcionarem (por vezes com adquiridos que procuram eliminar as suas perversões, etc.). É uma aplicação desabrida, fria, somente racionalista (devemos nas coisas humanas e práticas desconfiar muito da simples e descarnada inteligência – *quando é deixado sozinho, o mundo mental mente monumentalmente* – dizia Jacques Prévert¹⁸), que vira elementos formalmente democráticos contra o sumo da democracia – a qual não é um fim, mas um meio para a felicidade humana, diga-se. Afinal, trata-se de uma forma de democracia técnica contra a democracia ética.

Tudo pode começar, para darmos um exemplo relativamente ainda benévolo, com as formas de tratamento, que têm a ver com a própria identidade e imagem pública de cada um.

Atendedores de chamadas ao serviço de grandes empresas fazem marketing agressivo, muitas vezes tentando convencer pessoas a dar passos contratuais de que se arrependeriam se soubessem todas as consequências. Curiosamente, ao que parece, são industriados frequentemente a chamar a todas as senhoras com o nome Maria, “Senhora Maria”, e a todos os homens com nome Manuel, “Senhor Manuel”. Não eram esses os usos portugueses. E toda a Maria que não seja só Maria de nome se sentirá arrepiada, e todo o Manuel que não seja Manuel de nome de família também sentirá um calafrio a perpassar pela espinha.

Ainda não vai há muito tempo, os sinais estavam muito claros. Compreendia-se bem quem era o quê, que função desempenhava na sociedade, ao que vinha. Hoje, em larga medida, os sinais encontram-se baralhadíssimos. E o que vale é que se está a criar uma certa retração generalizada por parte das pessoas de comportamento normativo, que se defendem com um recuo social, uma retração, uma timidez, uma prudência defensiva, porque nunca se sabe do que alguém poderá ser acusado se for mais espontâneo, mais simpático, mais efusivo, mais solícito. Além de que muita coisa do que se pode dizer e fazer não é mais compreendida.

Ilustremos (com um exemplo benévolo e quase inócuo): citações (clássicas ou modernas) que antigamente toda a gente conhecia, deixaram de o ser. Se num restaurante se comentar, por brincadeira, sobre um vinho que entornou, dizendo: “deste já não há mais!” (aludindo a um dito de António Silva num célebre filme¹⁹), o solícito e conhecedor *garçon* explicará, tranquilizando-nos, que não, que ainda há muitas garrafas na cave. Aqui se denotando não apenas o desconhecimento de um património comum de referências (neste caso, fílmicas), como ainda a insensibilidade à ironia. O que pode ser perigosíssimo em algumas situações.

Falávamos de uma sociedade que não cuida, nem respeita como devia, nem os mais velhos, nem os mais novos. Isso significa que não cura devidamente dos mais fracos. E, quando pensamos nisto, saltam as fichas dos *slogans* vitalistas, voluntaristas, e egoístas: *vive (ou mata) e deixa morrer*; “empresário de sucesso”; *looser*; “quem quer saúde, paga”; “dos fracos não reza a História (mais antigo, mas com outro *élan* no contexto)”; “crise é oportunidade”, etc.

¹⁸ Também as sábias palavras do filósofo do Direito VILLEY, Michel — *Réflexions sur la Philosophie et le Droit. Les Carnets*, PUF, Paris, 1995, I, 17, p. 6: “*Méfie-toi de l’intelligence et de sa compagne la solitude; car elles ne créent rien et n’ont point d’être par elles-mêmes, elles ne sont que des parasites vivant de l’être du passé et lentement le dévorant (...). Ne te laisse point aller à prendre l’intelligence pour principe de conduite; elle n’en est que le frein; mais il n’est d’autre moteur que l’amour, ou l’instinct vital, que spontané*”.

¹⁹ *O Pátio das Cantigas*, Portugal, 1942, prod. de António Lopes Robeiro.

Em contrapartida, também recordamos o preâmbulo da Constituição da Suíça, enaltecendo as nações que mais prezam o mais fraco dos seus membros: “(...) la force de la communauté se mesure au bien-être du plus faible de ses membres (...)”.

O enaltecimento do sucesso, do dinheiro, da força, da mera beleza (ou de um certo tipo de beleza ou sedução) física – enfim, tudo elementos exteriores e superficiais –, e o desprezo pela sabedoria, pela tradição, pela História, pela pobreza (e sua honra – *pobre, pero honrado*), pelo trabalho, pela espiritualidade, pela justiça, pela cultura, pela arte, pela ética, etc. – elementos substanciais ou materiais, estruturantes –, são sinais de grande abismo entre essa sociedade mediaticamente emergente (acredita-se que ainda há uma sociedade silenciosa com outros valores, mas que raramente é notícia) e os valores e princípios constitucionais (e da democracia que a muitos engloba e pressupõe). Portanto, não é de estranhar que haja, além de leis inconstitucionais, também muitas atitudes sociais que, não se consubstanciando em normas, não o são, mas podem classificar-se, por ferirem a letra ou o espírito da Constituição, como “anticonstitucionais”. E para as *anticonstitucionalidades*, a menos que se vertam em norma (e então serão consubstanciadas em normas inconstitucionais), ou desaguem em ilegalidades e até crimes (e aí serão punidas como tais), não há sanção jurídica. Podem apenas ser combatidas politicamente, ideologicamente, pela ação cívica dos que defendem as constituições. Podem e devem.

Não se trata apenas de menosprezar e maltratar os mais fracos. Há também uma confusão de valores. E não podemos esquecer que na Democracia tem de haver uma hierarquia de mérito, de valor. Por uma questão de ordem e de *suum cuique*. O direito é um distribuidor universal. Distribui até penas aos criminosos a elas condenados. Não nos podemos esquecer que também distribui honras. E da primeira honra, da honra no seu grau zero, já falámos: é o direito a ser tratado pelo nome. Pelo nome que socialmente é o de cada um. Sem abreviações tecnocráticas, por exemplo, que amputam todos de “de” e “da” e “e”, que desfiguram os apelidos. Sem planificações e estrangeiramentos eventuais que ignoram que as pessoas que se chamam “Marias” e não somente “Marias”, ou omitem esse primeiro nome, quando o é, preferindo o segundo, ou gostam de usar dois: “Maria Isabel”, “Maria Clara”, “Maria Francisca”. Nenhuma delas quer ser só “Maria”. Este é um respeito elementar, transversal a classes. Não nos digam que é snobismo ou aristocratismo. É um sinal de que a democracia a todos respeita, a todos tributa dignidade. E este é só, como dissemos, um grau zero dela.

Se numa democracia a dignidade de todos é reconhecidamente igual, se numa república não pode haver títulos nobiliárquicos (apenas se tolerando alguns deles por uma questão de complacência para com usos tradicionais, mas na pressuposição geral de que a sociedade democrática republicana não acredita no sangue azul) há na sociedade um espontâneo reconhecimento de pessoas como tendo obrado grandes feitos (heróis, sábios...) e que dadas profissões ou funções são de especial importância, ainda que, no limite, só simbólica.

Quando, na pandemia, em vários países, a horas marcadas, as cidades estalaram de palmas para profissionais da saúde, tal foi uma prova evidente do reconhecimento público que, apesar de tudo, o espírito da comunidade (a constituição material) tributa ao seu abnegado e indispensável labor. Diz-se miticamente que no Japão acima da reverência devida ao Imperador está a que se deve prestar ao Professor. Só este não precisaria de se curvar diante do soberano. Parece que não é

rigorosamente assim, mas o mito espelha uma ideia de veneração pelo magistério que no Oriente é, realmente, ainda invejável²⁰.

No Ocidente, porém, as coisas não se passam do mesmo modo desde já há bastante tempo, mas com tendência para piorar. Se é verdade que em tempo de pandemia esse choque de realidade fez recordar ou compreender a muitos o quanto devemos a quem de nós trata, a verdade é que, passado o maior perigo, voltaram os insultos e agressões de pacientes ou acompanhantes a esses profissionais. O mesmo ocorrendo com os professores, e mesmo outros profissionais da linha da frente do “atendimento ao público”. Não têm hoje os docentes, de modo nenhum, o prestígio e a respeitabilidade sociais de que usufruíam outrora. Por vezes, também, o desrespeito de que são vítimas passa da insolência e insubordinação dos alunos à própria agressão física, por parte deles ou dos pais. E estas situações, que no início causavam ainda escândalo e surpresa, agora começam a entrar nos hábitos, na rotina. Parecendo que quem escolhe tal profissão não apenas abraça um sacerdócio, mas um martírio. Seriam “ossos do ofício”.

Numa pequena terrinha, o professor primário, o médico e o padre eram como que pilares sociais, muito mais que as autoridades políticas²¹. Os abalos na Igreja Católica (aparentemente, as denominações protestantes e ortodoxas têm sido mais poupadas) com a descoberta de crimes sexuais muito significativos e em número simbolicamente alarmante, terão decerto erodido o prestígio da figura do padre, para além, evidentemente, do já anterior avanço a passos largos do indiferentismo religioso. As missas normais (com exceções, claro), um pouco por todo o mundo, apesar de esforços de *aggiornamento* e da figura excecional de alguns Papas, como o atual Papa Francisco (sem dúvida a grande figura do nosso Tempo), têm predominantemente pessoas de meia-idade ou mesmo bastante idosas, sobretudo mulheres. E evidentemente que há que contar com a “concorrência” de credos mais próximos das pessoas e das suas necessidades imediatas, designadamente de apoio social, de socialização, e até económico.

Acrescem às novas denominações e seitas as soluções mágicas e afins. Já houve quem, com responsabilidades políticas, recomendasse a ida a curandeiros em vez de aos (mais caros) médicos. Embora os curandeiros sejam caros, por vezes muitíssimo, cada vez mais há mais pessoas a recorrer a eles, e a preterir os médicos. Embora ainda sejam uma rede importantíssima e reconhecida, sobretudo depois que as magias deram mostras de não produzir os prodígios prometidos²². Mas também o “mito do médico”²³ está em declínio.

Os pilares dessa hierarquia da sociedade civil em pequenas sociedades tradicionais estão bastante abalados, mas nas grandes metrópoles, no anonimato da

²⁰ Sobre a cultura japonesa, é sempre útil ler NAKAGAWA, Hisayasu — *Introduction à la culture japonaise: essai d'anthropologie réciproque*, trad. port. de Estela dos Santos Abreu, *Introdução à Cultura Japonesa. Ensaio de Antropologia Recíproca*, São Paulo, Martins Fontes, 2008.

²¹ Há variantes da trilogia. Por exemplo, no recente e refrescante artigo de GARCÍAS, Pedro — *Um leitão na Forcada, uma bela conquista de Abril*, “Fugas”, Sábado, 29 de abril de 2023, p. 20. Além do mais, afirma: “(...) o país do Deus, Pátria e Família que vocês podem hoje defender livremente, era uma boa porcaria! Era pobre, daninho e pequenino em quase tudo! Era tão mau como a maioria do vinho que se produzia, tirando o vinho do Porto e o Moscatel, que a aguardente conservava. Mesmo azedo ou já a querer picar, servia para matar a sede, a pobreza e a ignorância do povo. Salazar, esse patusco, dizia que o vinho dava de comer a um milhão de portugueses. E os portugueses acreditavam e como acreditavam bebiam até não haver amanhã. E depois julgavam que eram felizes. Viva o 25 de Abril!”

²² Sobre a permeabilidade da nossa sociedade a pseudociências, cf. a revista da Association française pour l'information scientifique, “Science & Pseudo-sciences”, com mais de três centenas de números publicados, e o nosso livro *Medicina ou Magia? Um Olhar Jurídico*, João Pessoa-PB, Editora Porta, Prefácio de Luís Bigotte Chorão, Posfácio de José Pedro Lopes Nunes, 2021.

²³ AXELOS, Kostas — *O Mito do Médico*, in “Pensamento Actual”, Porto, Crisos, s/d.

selva de betão e aço, em que a própria vizinhança quase nada significa, cada um está entregue a si mesmo. Não é retórica falar-se na solidão moderna. Cada um com o seu telemóvel, como náufrago desesperado a tentar contactar com o mundo.

Essa solidão (que acarreta fragilidade quase sempre) facilita a adesão a grandes organizações, em que o empregado anónimo é ainda mais anónimo, formatado para dizer certas coisas, não reagir a certas outras, um projeto de autómato. Significativamente, talvez porque as mega organizações menos cuidadosas, diligentes e mais simplesmente ávidas de lucros fáceis à custa de clientes indefesos (desses que compram ou se comprometem para compensar a solidão) sabem que um obstáculo ao seu império é o controlo da qualidade, os direitos do consumidor, e a vigilância de pessoas e associações relativamente às práticas ilegais na formação contratual e no cumprimento dos contratos, elas parecem temer a dignidade de quem com elas contacta, dos particulares a quem se dirigem. E o início da relação estabelece-se, como dizíamos, com um tratamento pouco respeitoso, embora, aparentemente, pretenda ser amistoso, muito mais íntimo do que plausivelmente possa (em concreto) ser. O referido tratamento pelo nome próprio é disso sinal.

VIII. *Confusão de Sinais*

Em geral, os sinais andam confundidos, e já há empresas que na *Internet*, na melhor das intenções descritivas, certamente, vendem gravatas relativamente discretas como sendo “gravatas para casamentos”. Como se andar com gravata fosse privativo de convivas de bodas. Há mais que um apelo na *Internet* para os homens se vestirem como homens (*dress like a man*), ou seja, para deixarem a moda infantilizadora ou de permanentes desportistas em ação, que confundiria adultos com rapazes de dez ou onze anos. Porém, afigura-se-nos que essas posições são isoladas, ao arpejo da grande torrente.

Assim se compreende que certos sinais de vestuário não significam hoje grande coisa. Ou provocarão, em alguns, certo curto-circuito. Quando fui fazer uma conferência magna à Universidade Mackenzie, em São Paulo, que teve direito a intervenção até do capelão (é uma instituição presbiteriana), fiquei impressionado por a primeira estudante que, no final, me veio cumprimentar e agradecer pela palestra (ainda ocorre no Brasil esta delicadeza, verdadeiramente tocante), trazer ao pescoço não uma cruz, mas uma estrela de David. Reconheci logo que tinha uma ligação, ao menos, com o legado judaico, o que me dispôs bem com o ecumenismo da instituição. Ora, hoje é bem possível que estrelas de David, pentagramas, estrelas revolucionárias ou mágicas, cruzes das mais variadas formas, crescentes, quiçá, não representem nem religiosa, nem mágica, nem política, nem culturalmente coisa nenhum. Muitas pessoas andam com símbolos porque acham graça à forma, ou a sua cor ou textura combinam com a roupa, etc.

Antigamente, havia sinais que não passavam despercebidos, e tinham sentido. Uns voluntários, outros involuntários. De entre os voluntários, a indumentária. Não se ia (mulheres e homens, todos) de roupa de praia para uma qualquer instituição que inculcasse respeito, reverência, recolhimento. Desde um templo a um tribunal, de uma escola a uma repartição pública. Havia clubes (e ainda há: ainda me lembro disso no Clube portuense e ouvi dizer que no liberal *Reform Club* em Londres) que estabelecem um *dress code*, aliviado creio que apenas às sextas-feiras (à tarde?), por exemplo. Mesmo em alguns espetáculos e casas de espetáculo (e até restaurantes chiques) se impunha regras de vestir: a *Scala de Milão*, por exemplo, ouvi dizer que se

abria a exceção de se poder entrar com a tradicional capa e batina portuguesa, mas de resto só com casaca, fraque, *smoking*... ou em traje tirolês.

IX. Da Democracia representativa como regime misto

Dir-nos-ão que isto não é nada democrático. Do que estamos agora a falar (no fundo e em pano de fundo, em última instância) é de um elemento importante da democracia, que é o regime misto, agora adaptado à vida social.

A verdadeira democracia resistente aos seus inimigos (cremos que mesmo Aristóteles já o tinha intuído, à sua maneira²⁴) não é a democracia radical, à beira de resvalar para a demagogia (e plebeísmo) e mesmo a anarquia, ou de metamorfosear-se em oligarquia, ou ainda de dar origem, por reação, ao despotismo de regimes de força, “para repor a ordem”. Sabemos que a má fama da palavra democracia já existia no tempo do Estagirita e até antes, preferindo-se-lhe muitas vezes a expressão *Politeia*, ou República.

Democracia, depois de sabermos tudo o que sabemos da História, e olhando para os *checks e balances* (freios e contrapesos) das constituições hodiernas, constituições cidadãs, é afinal um regime misto. Não um qualquer, mas um regime misto avançado, com elementos de democracia multidimensional política, económica, social, ecológica, etc. Porém, sempre e ainda misto. No sentido de que na democracia convivem as principais três formas puras de governo: a democracia propriamente dita, que se manifesta politicamente na escolha eletiva de vários órgãos de soberania e numa sociedade em que há eleições para inúmeros cargos, e votações normais, para a decisão de muitos assuntos; a aristocracia, que já não tem qualquer sentido de sangue ou sequer bélico, mas releva do reconhecimento, dentro do geral contexto democrático, que alguns cargos e funções exigem uma especial preparação e aptidões (juízes, ministros, gestores públicos, por exemplo), que não se compadecem com a pura e simples eleição; e a monocracia (de que porventura se tem abusado entre nós, pela excessiva crença atual na eficácia de líderes únicos, com superpoderes – desde as empresas às escolas), que se traduz em atribuir certas funções e correspondentes poderes a uma única pessoa, embora frequentemente eleita: é o caso do Presidente da República, do Presidente da Assembleia da República, do próprio Primeiro Ministro (que, contudo, é de escolha indireta).

Ora, ao falarmos necessidade de ordem e hierarquia, ao remetermos para a importância de modelos, estamos evidentemente a contrariar a ideia de uma sociedade planificada, de um igualitarismo sem rostos, sem individualidade, e sem reconhecimento de especificidade de funções, algumas das quais têm uma carga simbólica. Numa palavra: uma sociedade democrática moderna não é um comunismo primitivo²⁵ indiferenciado, e sem liderança (talvez mais um anarquismo até). É uma sociedade com elementos democráticos como pano de fundo, reconhecendo a necessidade dos contributos de elementos monocráticos e sobretudo aristocráticos.

²⁴ V. designadamente ARISTÓTELES (Aristote) — *Les Politiques*, tr. fr., Paris, Flammarion, 1990.

²⁵ Cf. ENGELS, Friedrich — *Der Ursprung der Familie, des Privateigentums und des Staats*, trad. port. de H. Chaves, *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, Lisboa, Presença, s.d..

Pensamos, com efeito, que, na sociedade atual, dada a falta de civismo, de cultura e de educação tão generalizadas, perante a fragilização à propaganda, e a tendência para acreditar no providencialismo de salvadores, levando a cultos de personalidade latentes na política, mas já banalizados no desporto e no espetáculo, gurus de todo o tipo, etc., revela-se muito perigoso deixar crescer e expandir-se os elementos monocráticos nas democracias (por exemplo, fazer evoluir os parlamentarismos para presidencialismos²⁶, concentrar muitos poderes nos chefes a todos os níveis), embora, necessariamente alguns tenha que haver. Como escreveu Ana de Castro Osório: “Não precisamos de um homem salvador, precisamos de muitos, que queiram trabalhar e pelo trabalho levantar a Pátria”²⁷.

Em contrapartida, os elementos aristocráticos são de acarinhar (sem, obviamente oligarquizar a democracia: aristocracia, escol, elite, não são oligarquias – o que nem sempre é compreendido). Porque eles são uma importante guarda, inteligente e tecnicamente preparada, da democracia. Hoje em dia são como sábios-guerreiros, e a democracia precisa de discernimento e também força (autoridade democrática, desde logo, não laxismo, frouxidão, indiferentismo e potencial cobardia e cedência). Os elementos aristocráticos são importantes, desde logo para uma liderança coletiva, colegial, em muitos casos necessitando de negociação, e sempre de diálogo. Não se trata, também não se trata, de uma tecnocracia. Mas de aproveitamento inteligente de conhecimento técnico e de conhecimento prudencial. A “aristocracia” em democracia não é uma classe que creia dever privilégios ao sangue, a míticos feitos de antepassados mais ou menos distantes. É um conjunto de pessoas, cada uma no seu posto, sem privilégios, mas a quem são dadas condições para exercer o seu labor, e que frequentemente até trabalham muito mais do que deveriam (esforçando-se pela força do entusiasmo e pelo dever), e a quem, de vez em quando, se conferem distinções meramente honoríficas, como as coroas de louros republicanas dos Romanos. Mas que não trabalham para as condecorações (aliás em vários países muito banalizadas, e privatizadas até: o que se pode compreender, mas apenas até certo ponto). Por outro lado, não se trata meramente de conhecimento e de saber-fazer técnico. Trata-se de pessoas que devem possuir essas competências, mas enquadradas por cultura, por prudência, por sabedoria. Por isso, o valor desse escol é inestimável. E ele (através das várias formas de difusão do conhecimento) deve expandir e democratizar quer a competência quer o discernimento e a sabedoria. Não simplesmente massificar pseudoconhecimento, numa espécie de hipocrisia pseudodemocrática, em que se defraudam as massas, fazendo-lhes crer que, por terem diplomas, já são sábias e competentes. É a parábola do *Feiticeiro de Oz* àquele companheiro de Dorothy que lhe pedia um cérebro: deu-lhe um diploma, evidentemente sem qualquer valor²⁸.

Não deve ser grande o espanto do que dizemos. Mesmo a democracia representativa é, de algum modo, já em boa medida aristocrática. As pessoas mais distraídas é que se não dão conta disso. Elegem-se deputados, desde logo. Eles são escolhidos pela mediação dos partidos, em vários países (como o nosso), constituindo depois a elite legislativa que o povo (assim de algum modo indiretamente) decidiu ou conseguiu eleger, dadas todas as vicissitudes contextuais de uma eleição (desde logo, há quem não consiga ser apresentado como candidato pelos partidos, ou, noutros países, não tenha verba suficiente para se apresentar). Mas nem por isso a eleição mais direta, com mais indiferença pelos emblemas partidários na lapela dos candidatos, se

²⁶ Cf. o nosso livro *Presidencialismo e Parlamentarismo*, Belo Horizonte, Forum, 2010, Prefácio de Marcelo Figueiredo, Apresentação de Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha.

²⁷ OSÓRIO, Ana de Castro — *A Minha Pátria*, nova ed. 2008, p. 92.

²⁸ BAUM, L. Frank — *The Wonderful Wizard of Oz*, Londres, Penguin, 1995 (1.ª ed. 1900). E o filme *The Wizard of Oz*, Victor Fleming, USA, 1939.

pode hoje considerar muito direta – a menos que se pense em circunscrições prodigiosamente pequenas.

Seja como for, não se tomam decisões de forma direta. Nem numa grande praça (normalmente não haveria praça tão grande: só em comunidades locais seria coisa exequível), nem na ágora sem limites da *Internet*. Aliás, importa fazer uma séria e solene prevenção contra a pretensa democracia eletrónica. O sonho de obter decisões pelo impulso de carregar num botão, em sua casa, normalmente descarregando ódios e preconceitos e alinhando por propagandas, é alimentado por ingénuos ufanistas de tudo o que seja moderno e informatizado, mas também por muitos inimigos da democracia, que bem sabem quão fácil é manipular as pessoas por essa forma.

Longe de ser um elemento oligárquico, como alguns poderão erroneamente cogitar, a manutenção e o aperfeiçoamento de mecanismos de representação política é um contributo demo-aristocrático, dir-se-ia. Mantém a escolha popular, esperando que as pessoas votem bem, calmamente, com ponderação, informadamente, e não sob o choque das propagandas e dos impulsos.

X. Ainda Sinais e Boas Maneiras

Voltemos aos sinais e agora aos sinais de alguma distinção e diferença, dentro da irrecusável e inafastável igualdade de todos numa democracia e numa república. Numa sociedade bem organizada, e *a fortiori* numa república e democracia, respeitam-se os mais velhos. Insensivelmente se espera que uma pessoa mais velha tenha mais discernimento, experiência, prudência, e que haja há mais tempo contribuído para a coletividade. Nesse sentido, cabelos brancos eram sinal de respeito. Obviamente que se sabe que há jovens com cabelos brancos, e alguns até os pintarão de branco. Mas obviamente que se trata de cabelos brancos acompanhados de outros sinais de maturidade, ou mesmo de senectude, que não quer dizer senilidade.

Paralelamente (embora os crimes de colarinho branco hajam também abalado imagens – e há muitos e terríveis crimes desse género), a gravata (ou até o colar de pérolas, em alguns casos, talvez de maior elegância, para as senhoras: não se esperava que fosse usado quotidianamente, ao que cremos; bastando talvez um *tailleur* discreto?) era um relativamente democratizado símbolo de *status* (em geral, acompanhado do respetivo fato ou *blazer*). Não se podem esquecer as fardas. Uma farda sempre foi um elemento de especial consideração. E também as profissões que têm traje profissional, ainda que os seus membros os não usem na rua. Batas brancas, togas, becas, sotainas, e vários paramentos continuavam a vestir os que os usam no seu trabalho mesmo fora dele.

Outro elemento era a linguagem: a ausência de palavrões, de calão, uma boa sintaxe, o uso de expressões próprias, e uma certa cordialidade não intimidatória no trato eram garantia de que se estava perante alguém que, por exemplo, tem que trabalhar não tem tempo a perder, e de cujo trabalho a sociedade depende especialmente, de uma forma especializada.

Voltamos sempre às possíveis objeções: é evidente que os mais humildes e menos remunerados dos serviços são por vezes até mais importantes, no limite, que os dos soldados ou dos cirurgiões? *Est modus in rebus*. Para quê opor? Lembra o paradoxo que um dia nos foi contado por Diogo Freitas do Amaral: se tivessem de desaparecer todos os ramos do Direito menos um, qual se deveria preservar? É um absurdo este tipo de colocar o interlocutor entre a espada e a parede.

Finalmente o elemento de género: havia uma especial delicadeza para com as senhoras.

Pois bem. Antigamente (ainda não há muitos anos) bastava alguém ter o cabelo branco ou usar gravata, ou ser uma senhora, para imediatamente, em geral, ser tributada alguma especial atenção e particular respeito.

Hoje, em geral também (sempre há exceções, falamos sempre generalizando) alguém se levanta num transporte público perante uma pessoa com dificuldades de locomoção, uma senhora, um idoso? E se lhe cair alguma coisa, alguém irá apanhar, ou sequer fazer menção disso?

Será que as famílias, hoje apenas reunidas fugazmente (quando ocorre) ao jantar, à volta do monstro sagrado de um só olho (*one eyed monster*), abdicaram completamente de ensinar boas maneiras, ou pura e simplesmente os mais novos (que hoje já estão mais velhos... em breve serão todos) insensivelmente ignoram essas bizarras, caducas, imprestáveis e incómodas prescrições? É verdade que se continuam a publicar livros de boas maneiras, de etiqueta, mas quem os compra, e com que fim? Será porque, a certo nível da escala social, as pessoas se dão conta de que são pouco polidas, e querem aprender mais uma técnica para continuar a sua ascensão social?

Sempre houve pessoas sem maneiras. De algum modo, a comunicação social tem afinado os modos por um alinhamento que vai limando quiçá alguns exageros de extrema boçalidade, que agora já não se apercebem tanto. Se sempre houve casos de *gaffes* homéricas, de indiscrições desastrosas, de mau gosto atroz, a etiqueta também sempre representou um símbolo de *status*, e quanto mais complexa e refinada mais alta a escala social (embora, a partir de um certo nível, se começasse a achar graça aos demandos – por exemplo, a embriaguez e o que pode acarretar – dos mais abastados ou poderosos: veja-se, a esse propósito, uma “quadra solta” de Sérgio Godinho²⁹). Em que medida essa “exceção para ricos” (apesar da punição social ainda residual aos “novos ricos”, desde logo com essa designação) se aplica mais alargadamente? Terão as maneiras deixado de pesar na nossa sociedade argenteira, em que só o triunfo financeiro parece contar verdadeiramente? Sociedade essa que tudo parece permitir ao dinheiro? (e talvez – certamente! – ainda mais do que realmente permita: mas essa é muito a percepção social).

Voltemos a casos. Cai alguém na rua com uma síncope. Quantos jovens se abeiram do sinistrado?

As conversas que se escutam nos transportes públicos indiciam um nível deplorável de cultura, de interesses, e quando o tema se embrenha pela política (coisa rara) é apenas para verberar, frequentemente em termos pouco elevados, os grupos de quem se não gosta. Normalmente falam pessoas mais voluntaristas, inchadas de certezas, que adquiriram muito superficialmente. Gente com os nervos à flor da pele.

Passemos às lojas. As conversas que se podem ouvir casualmente em estabelecimentos vários, entabuladas quando é necessário falar um pouco mais, para além dos “discos” ou “cassetes” decoradas, em geral revelam indiferença e por vezes mesmo agressividade, por parte quer dos empregados, quer dos clientes. Claro que há honrosíssimas exceções, cremos pelo facto de haver pessoas naturalmente simpáticas. Porém, horários de trabalho esgotantes, de um lado, ou filas de espera massacrantes, do outro, acabam em grande medida com a simpatia natural... E fazem vir ao de cima

²⁹ “O i o ai, Quando se embebeda o pobre / o i o ai, dizem olha o borrachão / o i o ai, quando se emborracha o rico / acham graça ao figurão”, letra e música de Sérgio Godinho, *Quatro Quadras Soltas*, Campolide, 79, trecho cantado por Fausto, *apud* <https://natura.di.uminho.pt/~jj/musica/html/godinho-4Quadras.html> (última consulta em 30 de abril de 2023).

a irritação. Aliás, parece haver uma irritação geral, latente, em vias de explodir a qualquer pretexto. No trânsito, os impropérios são frequentes, gestos obscenos, e mesmo há relatos de agressões até com armas de fogo. Há quem traga no porta bagagens o seu bilhete comprado para o crime. Há quem vá aos carros buscá-lo para disparar...

Insista-se, para que não fique um panorama tenebroso, que não seria real: obviamente que por vezes se estabelece alguma comunicação significativa; superficial, em regra, mas não agressiva, pelo contrário. Pode haver alguma empatia até. Mas, em geral, parece crescer o formalismo (uma espécie de linguagem “de plástico” – aliás há expressões novas, quase ininteligíveis, uma *langue de bois*), ou então (também ocorre) uma naturalidade e à vontade posições (como se vê em mesas redondas na televisão, onde, por exemplo, toda a gente se trata por “tu”, mas apenas nesse contexto – depois, em *off*, volta a cerimónia normal). Uma enorme quantidade de motoristas de Uber tratam os clientes pelo próprio nome, com ar jovial e familiaridade. Certamente que haverá jovens que não o estranharão e se sentirão até à vontade. Mas será assim quando crescerem?

O tratamento pelo nome estende-se a muitas instituições de saúde. Porém, é significativo que não a todas. Há algumas (cremos que sobretudo privadas e que pretendem fazer a diferença num tratamento mais “diferenciado” e obsequioso dos seus “utentes”) que usam o “Senhor” e o “Senhora Dona”, e usam o primeiro e o último nome. É de qualquer forma interessante como muitos profissionais (a começar obviamente pelos médicos) certamente não tolerariam que lhes omitissem a partícula de cortesia “Dr.” (na verdade, só alguns são doutorados), mas apenas um escol, com especial educação e atenção, tratam os seus pacientes engenheiros, arquitetos, advogados, professores, etc., pelos respetivos títulos académicos e/ ou sociais.

Para uma pessoa fragilizada (como quando se está doente) ou saída do seu *habitat* natural (tal ocorre, por exemplo, com alguém que vai testemunhar a tribunal – que é, para o comum das pessoas, um ambiente estranho, se não mesmo intimidatório e hostil, estrangeiro), a falta desse conforto representado pelo reforço da sua identidade (e da sua *auctoritas*, pelo menos) representado pelo título (que alguns acham verdadeira parte do nome, e até o colocam com o mesmo tipo de letra em cartões de visita e papel timbrado pessoal) pode ser um choque bastante traumático. Já vimos quem se sentisse não só desprestigiado como quase perdido por não lhe terem tributado essas honras em ambiente onde todos são igualitariamente tratados, menos, é claro, os protagonistas do respetivo “serviço”... Foi um pouco caricato, porque ver alguém em busca de um título perdido (objeto de uma espécie de pura e simples exautoração normalíssima) não deixa de ser cómico – mostrando a pequenez da pessoa despida das suas carapaças honoríficas – mas também reconhecemos que de uma involuntária crueza e violência.

Compreende-se, porém, que na Saúde ou na Justiça todos tenham que ser tratados por igual... Embora, a ser assim, se devesse tratar a todos muito bem, ao menos (como se fazia nos parlamentos republicanos, aliás – onde em geral não havia “doutorices”) usando o “senhor” e a “senhora dona”. Ou então, sendo caso disso, em formulações mais passivas, usar o nome, mas o nome identificador, não só um único nome próprio, por muito conhecido e designador que seja (há pessoas que têm nomes mais ou menos comuns, mas outras existem, cujos nomes, e mais ainda cujos “nomes de guerra”, são muito conhecidos e denotativos – pela sua própria raridade e expressividade).

A questão das honras é muito significativa, é sintomática sobre a forma como se faz o *suum cuique* numa sociedade. É que distribuir honras não custa praticamente nada ao Estado (já não se dão tenças e os subsídios e prémios são residuais) e mesmo

nada à “sociedade civil”. Não seremos tão pessimistas quão Oscar Wilde, mas a sua observação deve ter-se sempre presente, para cotejo. Até que ponto será verdade que “No mundo filisteu da realidade, nem os mais são castigados nem os bons recompensados. O sucesso é concedido aos poderosos, os fracos são forçados a aceitar a má-sorte”³⁰.

XI. Estado e Cidadãos

E eis-nos já numa dimensão que possui um conjunto de implicações, uma irradiação muito preocupante, porque dá um tom ou de democracia e arejamento com ordem (que implica harmonia, estruturação, hierarquia de mérito, de competência, digno tratamento de todos e de cada um), ou, pelo contrário, de autoritarismo, mais ou menos sombrio.

Estamos no domínio da relação dos serviços públicos com o cidadão.

A primeira questão a considerar é a da eficiência desses serviços, que tem a ver com a sua eficaz gestão e com o investimento público que tal implica, a montante. Se se entra mesmo gravemente doente na Urgência (ou Pronto-Socorro) de um hospital e se é mandado para casa sem medicação ou apenas com um vago analgésico, depois de horas e horas de agonia em fila, com macas que se acumulam nos corredores, porque as instalações são escassas e poucos os médicos, enfermeiros, funcionários administrativos, técnicos e auxiliares, porque um internamento condigno para quem dele necessitaria se torna, assim, impensável, ou mesmo indicações cabais para tratamento ambulatorio, caso fosse possível, se uma situação assim ocorresse, algo estará podre nesse hipotético reino da Dinamarca.

Muito semelhante, *mutatis mutandis*, será a situação se se esperam horas de pé para enviar uma encomenda nos Correios, com burocracia enorme, e o preço exagerado, ou se aguardam meses para que seja ligada a eletricidade ou a água num apartamento, ou se se não consegue matricular um filho numa escola pública perto de casa. Se os transportes não cobrem o território nacional, se chegam sempre lotados e a desoras. Se bens de primeira necessidade escasseiam e/ou sofrem uma inflação especulativa por falta de eficaz regulamentação pública de preços, e fiscalização de práticas abusivas, tanto de distribuidores como de consumidores (por exemplo, açambarcamento). Se os consumidores estão à mercê de quem vende, usando sugestões e artifícios, prometendo o que não se dará, fornecendo bens ou serviços deficientes, estragados, aquém do anunciado... Se estas coisas ocorrem, a sociedade está muito longe de ter mecanismos e serviços do Estado que a sirvam efetivamente. Está como que entregue a si mesma... E há coisas que, numa época complexa, a simples articulação espontânea dos agentes sociais, desamparados, não chega.

Esta dimensão, social ou sócio económica remete ainda claramente para a chamada Constituição económica. Nela avultam ainda, claramente, a equidade salarial e de outros benefícios sociais, a proteção na doença e na velhice e invalidez, com respetivas prestações sociais e cuidados propiciados comunitária ou estadualmente.

Não se pode dissociar a dimensão política da dimensão social da Constituição, e não há dúvidas de que, por muito alheados que os cidadãos possam estar, por muito agastados com a política (agastamento em grande medida agigantado pela caça aos escândalos de comunicação social ávida de sangue e comoção – o que não quer dizer

³⁰ WILDE, Oscar — *Aforismos*, trad. port. de Levi Condinho, Lisboa, Contexto, 2000, p. 86.

que não deva informar serenamente e com rigor e verdade os desmandos, incompetências e outros), em larga medida confluem nas suas aspirações (constituintes da constituição material) com o anelo de uma sociedade, como diz o Preâmbulo da nossa Constituição da República Portuguesa “mais livre, mais justa e mais fraterna”.

XII. Conclusão

Poder-se-ia continuar a análise, que, contudo, já vai longa, para este nível não erudito, que é o que aqui assumimos, desde o início. Sublinha-se que os exemplos são em geral hipotéticos, e se muitas vezes se fccionam situações pouco agradáveis, elas não correspondem a nenhuma crítica nem para o Estado nem para particulares e profissionais. Está-se no mundo dos tipos-ideais, sendo inevitável a coincidência eventual (ou não) com factos, figuras e situações da vida real. Mas são mera coincidência, evidentemente. Também seria fácil polvilhar de artigos da Constituição e uns tantos acórdãos e artigos doutriniais as afirmações e relações que se estabelecem. Mas o tempo não sobeja e há coisas mais importantes. O benévolo leitor integrará facilmente essas lacunas, se assim se considerarem.

O que se pretende sobretudo enfatizar é que a dinâmica social é elemento essencial da constituição real, e denota (embora por vezes de forma deformada ou refrangente ou pontual, ou em situação crítica) o fundo, o substrato, da constituição material. O descompasso entre as nossas constituições formais cidadãs e alguns estrangulamentos e disfunções das constituições reais ameaça a normatividade da Constituição *tout court*, não chegando ainda, porém, a torna-la nominal ou semântica.

Um ingénuo alheamento da democracia concreta relativamente à educação, geral e cívica dos cidadãos, não apenas abre a porta aos inimigos da democracia, que não encontram pessoas suficientemente preparadas para desconstruir os seus ardis e calúnias ao regime, como, mesmo que não existissem esses perigos, as deixa numa situação de menoridade cívica e pessoal.

A estrutura social, a dinâmica social democrática é robusta e até muito ativa em certos aspetos de desenvoltura e protagonismo (por vezes até exagerada na hiper-reivindicação, na litigiosidade judicial imoderada e votada ao fracasso, numa compreensão *pro domo* dos direitos, numa interpretação literalista e politicamente correta de princípios apenas considerados de forma abstrata e imponderada), mas apresenta *deficits* de ponderação e de defesa contra ameaças internas e externas. Fazendo em grande medida tábua rasa de legados que lhe poderiam ser de grande valia. Nomeadamente, desde logo, não aproveitando os mais idosos, não curando da demografia e dos mais novos, descurando os jovens ao ponto de lhes escancarar as portas de saída e até os incitar a abandonar o país, etc.

Os traços de superficialidade, hedonismo, imediatismo, egoísmo e não reconhecimento de competências e hierarquias, a redução de tudo a índices de produtividade, estatísticas e números, a avaliação da medida das pessoas pela conta bancária e rol de propriedades, ou seja, o materialismo desenfreado, contribuem largamente para uma sociedade em crescendo de descontentamento e infelicidade gerais, com grandes taxas de *burnout*. Onde há ambição de uns há pena de outros. Como dizia Zweig: “Ai de nós! É um crime acordar a ambição – é entregarmo-nos às

fúrias”³¹. Aristóteles sabia que há duas ambições – uma virtude, outra vício. É do vício que evidentemente estamos a falar.

As prioridades de discussão no espaço público encontram-se também distorcidas: se não se trata de futilidades de moda ou coluna social, só se fala de escândalos ou pseudoescândalos governamentais, que sempre são pretexto para sistemáticas tentativas de voltar a baralhar o jogo político. Aparte esse permanente jogo, que dificilmente convencerá quem não se sinta diretamente envolvido no poder ou nas oposições com pretensões reais a ele, a discussão de temas mais “de fundo” é, em geral, muito pobre. O desinteressante e repetitivo da maioria dos artigos é flagrante, procurando-se temas de eficácia e progresso empresarial, impacto de novas tecnologias, debates do movimento *woke* e afins. Confessamos que o que mais vai interessando são artigos sobre a Guerra, que, valha a verdade, deveria ser objeto da maior atenção – mas não é. Adorno explicou que numa conversa, um peso da gravidade de queda do nível leva a nivelar por baixo... Não é só na conversa privada, é na grande conversa do espaço público.

Mas, por vezes, ainda vai havendo pequenas crónicas ou artigos despreziosos, que trazem verdades significativas. Respigamos de um, muito recente (mas são raros):

“Foram-se perdendo alguns valores e o respeito foi-se também desvanecendo. Hoje em dia, torna-se cada vez mais difícil criar relações humanas porque há muitos egoístas que se estão a marimbar e só pensam no próprio umbigo. Não respeitam nada nem ninguém, não querem saber. A própria ideia da amizade e tudo o que a palavra implica, perde muitas vezes o seu significado quando vejo quase toda a gente a tratar por “amigo” os conhecidos e por mano, irmão, brother, bro e mais umas quantas, gente que não lhes diz assim tanto como se sugere ou seria suposto. Sinal dos tempos em que tudo é fugaz e efémero”³².

Toda a referida concentração temática em coisas empresariais e tecnocráticas, quando não na feira de vaidades e na dança de cadeiras, é natural, decorrendo do que realmente faz correr muitas pessoas – as que ainda correm. Porque, apesar da lufa-lufa de tantos, há muitos que não correm mesmo. Seria bom que aprendêssemos com esse outro ritmo, sem que, contudo, ficássemos, como tantos (não há perfeição no mundo) à soleira da porta da vida. Há outras vidas possíveis, há outras formas de organização e de trabalho, há outros assuntos a discutir.

Entretanto, quem puder ir tentando um *bom viver*, dentro dos valores da democracia e da constituição, mas fora da bolha de autismo em que tantos correm, certamente estará cumprindo o ideal constitucional (americano, mas universal) do *pursuit of happiness*, que é, aliás, o grande objetivo laico e terreno que nos deveríamos propor. Mesmo em tempo de guerra. Para mais em tempo de guerra.

Alguns, mais imediatistas, lendo com as sensações imediatas, poderão considerar que traçamos um retrato pessimista e antiquado, quiçá mesmo antidemocrático, das sociedades hodiernas. A sua agenda pode ser a politicamente

³¹ ZWEIG, Stefan — Extrato de uma carta a Kleist, *apud Os Construtores do Mundo – O Combate com o demónio*, trad. port. de Alice Ogando, 7.ª ed., Porto, Livraria Civilização, 1974, p. 179.

³² CARMO, José Paulo do — *Pessoas que não se comprometem*, Jornal “I”, 25 de abril de 2023, ed. online: <https://ionline.sapo.pt/artigo/797742/pessoas-que-nao-se-comprometem?seccao=Opinioao> (ultimamente consultado em 1 de maio de 2023).

correta, ou apenas aquele preconceito otimista do presente, qualquer presente, a que se pode chamar cronocentrismo. Realmente, em geral as pessoas não gostam de ser alertadas para perigos, e só num *modo deprimente* toleram (e nesse caso até se comprazem) com algumas más notícias ou negativas interpretações.

A boa notícia que há para lhes dar é que não consideramos o diagnóstico pessimista, e muito menos cremos que tudo esteja perdido. Seria uma enorme perda de tempo e esforço se não acreditássemos num futuro para as democracias ocidentais e para as nossas constituições cidadãs, em sociedades mais civilizadas, mais cultas, mais inteligentes, mais sensíveis e mais equilibradas, e ainda assim nos puséssemos a massacrar os leitores potenciais com estas considerações.

Há imensas potencialidades no dinamismo de alguns, no discernimento de certos, nas tecnologias (que têm muitos perigos, mas também podem abrir muitos horizontes), no andar e voltar a andar da roda da *Fortuna*, que é imparável. É preciso é não ficar de braços cruzados a ver passar a História. Cada um de nós pode e deve dar um contributo. Importa é pensar bem a sua vocação e a sua missão.

Nada está já definitivamente ganho, mas nada ainda está irremediavelmente perdido.

Finalizemos com a Esperança de Kenneth Clark, que os mais velhos de entre nós decerto recordarão de uma excelente série televisiva, dessas que não deprimem, não acabrunham, mas pelo contrário exaltam:

“A civilização ocidental foi uma série de renascimentos. Isso tem de dar-nos confiança em nós próprios. (...) é a falta de confiança, mais do que qualquer outra coisa, que mata uma civilização. O cinismo e a desilusão podem ser tão eficientes a destruir-nos como as bombas”³³.

Recebido para publicação em 28-04-23; aceito em 02-05-23

³³ CLARK, Kenneth — *Civilização. O Contributo da Europa para a Civilização universal*, trad. port. de José Cabrita Saraiva, Lisboa, Gradiva, 2021, p. 413.